



PP – Açores

Palavra Parlamentar

Folha Informativa do Grupo Parlamentar do Partido Popular
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

N.º 17

Dezembro de 2003

POR INICIATIVA DO CDS/PP AUMENTADAS AS COMPARTICIPAÇÕES DIÁRIAS COM ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO A DOENTES E FAMILIARES DESLOCADOS

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores, aprovou, no período legislativo de Outubro, uma Proposta de Resolução do CDS/PP que levou à actualização da comparticipação diária com alojamento e alimentação devida aos utentes e seus familiares que, por motivo de doença, necessitem de se deslocar para fora da sua ilha de residência. Também por proposta dos Deputados do Partido Popular, a Assembleia recomendou ao Governo Regional que promova a aprovação de diploma que fixe critérios de actualização automática da referida comparticipação.

O Deputado Paulo Gusmão ao intervir no Parlamento disse que “são sobretudo os mais pobres e os mais desfavorecidos quem mais sente no dia a dia o peso do isolamento e da insularidade” pelo que “o CDS/PP tomou a iniciativa de fazer justiça para com as famílias que, não bastando o facto de estarem doentes, ainda têm de se deslocar para longe de casa para se tratarem”.

Recorde-se que esta ajuda aos doentes e familiares já não era actualizada desde 1998, tendo a propósito afirmado Paulo Gusmão que “jamais se pode justificar, nem com restrições orçamentais, que sejam os doentes e os que sacrificadamente os acompanham, que tenham de ver diminuir em cada ano o valor real das comparticipações a que têm direito”, até porque a deslocação de especialistas “não fez reduzir o número de deslocações de doentes” e “o movimento de deslocações da Região para o Continente, na procura de cuidados não oferecidos pelo Serviço Regional de Saúde, tem mostrado uma tendência crescente”.

(Diário ALRA n.º 86)

MAIORIA PS TEIMOSAMENTE RECUSOU O PAGAMENTO DAS TAXAS AEROPORTUÁRIAS A DESPORTISTAS E DIRIGENTES

Foi discutido em Outubro o Projecto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo CDS/PP, no sentido de alterar o Decreto Legislativo Regional n.º 4/99/A, de 21 de Janeiro, que estabelece o quadro geral de apoio a prestar pela administração pública regional ao desenvolvimento de actividades no âmbito das actividades físicas e desportistas.

O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP ao intervir disse que a Direcção Regional de Educação Física e Desporto está a fazer uma interpretação restritiva que não tem qualquer sentido, porque as taxas “fazem parte integrante do custo da passagem, não sendo possível viajar ou sequer emitir o respectivo bilhete sem a inclusão daquelas taxas” e acrescentou que “aliás as referidas taxas não podem ser facturadas nem cobradas separadamente”.

O Deputado Alvarino Pinheiro disse mesmo que face à recusa do Governo Regional, conhecida em resposta a requerimento anterior do CDS/PP, “impõe-se recorrer à via legislativa como forma inequívoca e definitiva de pôr fim a esta injusta situação”.

Os deputados do Partido Socialista na Assembleia Regional, apesar das razões aduzidas pelos deputados populares, recusaram a aprovação do Projecto, lesando assim não só os clubes, como também as suas associações e ainda os desportistas individuais.

(Diário ALRA n.º 87)

Requerimentos apresentados na Assembleia Legislativa Regional

Dos requerimentos que têm sido apresentados no Parlamento dos Açores pelos Deputados do CDS/PP, dá-se aqui conta dos principais assuntos a que se referiram:

DEPUTADO ALVARINO PINHEIRO:

Atribuição de verbas do Orçamento Regional às festividades açorianas, tendo em conta que o Governo tem a obrigação de tratar todos os Açorianos com equidade e justiça;

Pedido pormenorizado de todos os esclarecimentos sobre as propaladas disfunções do Serviço de Estomatologia do Hospital de Santo Espírito, em Angra do Heroísmo, sobre quais são as outras áreas disfuncionais e sobre o funcionamento em geral da referida unidade de saúde.

DEPUTADO PAULO GUSMÃO:

Solução para os problemas da orla marítima da Freguesia dos Mosteiros, que tem sido alvo de atentados ambientais, concretamente no despejo de lixos e entulhos ao longo da costa, sem que as autoridades competentes intervenham de forma eficaz.

DEPUTADOS ALVARINO PINHEIRO E PAULO GUSMÃO:

Problemas que afectam o edifício polivalente da Casa do Povo do Salão, no Faial e sobre as intervenções necessárias tendo em vista apoiar a respectiva recuperação.

DEPUTADO NUNO MELO ALVES:

Pedido de esclarecimentos sobre as objecções e questões levantadas pela União Europeia em relação à aplicação da redução de taxas em sede de IRC, a alguns sectores de actividade na Região, que estão sujeitos aos mesmos custos de insularidade que outras actividades.

VOTOS APROVADOS

Pelo facto de o Boavista Sport Club, de Santa Cruz das Flores, se ter sagrado campeão da Associação de Futebol da Horta, garantindo assim o direito à participação no Campeonato de Futebol da III Divisão Nacional – Série Açores, o Grupo Parlamentar do CDS/PP propôs um voto de congratulação que foi aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa Regional.

O Grupo Parlamentar do Partido Popular, em conjunto com as outras forças políticas representadas no Parlamento, subscreveu e aprovou também um voto de congratulação pela eleição do açoriano Mota Amaral para Presidente da Assembleia da República e um de saudação pela visita do Presidente da República aos Açores.

CDS/PP CONDENA DESPESAS COM PROPAGANDA E FESTAS DE INAUGURAÇÃO

O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP disse que há “situações insólitas e até escandalosas que envolvem dinheiros públicos e que têm chocado a opinião pública açoriana”, razão pela qual o Governo deveria “submeter sempre ao critério de análise custo-benefício, com carácter decisivo e numa perspectiva de desenvolvimento económico-social dos Açores, as despesas com propaganda institucional e com festas de inauguração”. Explicitou que “ultimamente já se foi ao ponto de fazer uma festa desproporcional e inédita a propósito da inauguração de uma curta variante, que contemplou concertos, com afamados artistas vindos do exterior e até um espectáculo piromusical”, tudo “também divulgado com o suporte de grandes espaços de publicidade paga”.

Alvarino Pinheiro realçou o facto de ser “a própria Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos a assumir, com uma arrogância que nem os ricos honestos costumam exhibir, que se trata de um espectáculo *pela primeira vez em Portugal* que foi *premiado nos melhores concursos de pirotecnia do Mundo*”, isto quando “o Governo Regional tem argumentado dificuldades financeiras gravíssimas e através delas procurou até justificar a revisão em baixa do Plano de Médio Prazo 2000/2004 e chegou mesmo, socorrendo-se do argumento de falta de meios, a pôr em causa projectos fundamentais e inadiáveis que afectaram negativamente todas as ilhas dos Açores” e lembrou que a propalada falta de dinheiro foi utilizada “para incendiar as relações institucionais e entrar em guerra aberta com o Governo da República”.

Alvarino Pinheiro perguntou mesmo: “quem é que está disposto a sustentar este desaforo?”, “que filosofia socialista de gestão é esta?”, “que rigor orçamental tem este Governo socialista?”. *(Diário ALRA n.º 87)*

RECOMENDAÇÃO AO GOVERNO SOBRE OBRAS EM ESCOLAS

Por proposta de Resolução do CDS/PP na Assembleia Legislativa Regional, foi recomendado ao Governo Regional que na eventualidade de fechar escolas com vista à concentração de alunos, dê prioridade às obras de remodelação e beneficiação do edifício que será utilizado, proporcionando assim as condições necessárias para que essa concentração traga vantagens para os próprios alunos, também sob o ponto de vista do ambiente de trabalho. *(Diário ALRA n.º 84)*

GOVERNO REGIONAL CONFRONTADO COM IRREGULARIDADES DETECTADAS NA RECONSTRUÇÃO

O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP fez uma declaração política no Parlamento sobre as inúmeras irregularidades, a maioria das quais citou, detectadas pelo Tribunal de Contas nos processos da reconstrução, referindo que “muitas das quais até foram repetidamente denunciadas e agora estão confirmadas por um órgão cuja credibilidade não pode ser posta em causa” acusando o Governo Regional de arrogância e os deputados socialistas de subserviência cega ao Governo. Referiu depois, entre muitas outras, preocupação porque “as irregularidades não foram esporádicas e são comuns a muitos dos processos”, porque o Governo foi o responsável por “derrapagens orçamentais”, porque foi “posto em causa o princípio de eficiência e eficácia das despesas públicas e do respectivo controlo”, porque o Governo “criou dívida administrativa oculta” e também porque o Tribunal constatou que os registos e documentos “contêm um elevado número de erros, irregularidades e imprecisões, o que os torna insuficientemente fiáveis”.

Alvarino Pinheiro recordou o desafio feito anteriormente pelo CDS/PP ao Governo, para que este, enredado numa teia de procedimentos comprometedores, tomasse a iniciativa de vir explicar-se e prestar contas ao Parlamento, garantindo que iria corrigir e eliminar tão condenáveis procedimentos, o que não aconteceu, comprovando o desrespeito do Governo Regional do PS para com os representantes eleitos do Povo dos Açores. O Presidente do Grupo Parlamentar expressou ainda o fundado receio de que “na demais prática de execução material e financeira do Governo Regional do PS, as práticas irregulares se tenham generalizado”.

(Diário ALRA n.º 83)

Ilha das Flores é exemplo:

VISITAS DO GOVERNO VISTAS COM TOTAL DESCRÉDITO

O Deputado Paulo Gusmão fez uma declaração política sobre as visitas do Governo Regional, referindo que a governação socialista “fica marcada pelo timbre da aparência de diálogo que na prática tem resultado na falta de execução daquilo que é acordado, prometido e consensualizado” e por isso “nas nove ilhas dos Açores instalou-se a descrença no rol de promessas que dia após dia, visita após visita, são anunciadas com pompa e circunstância”, de tal modo que “de Santa Maria ao Corvo a insatisfação vai crescendo e os açorianos vão-se cansando da doce música”.

Usando como exemplo a última visita às Flores, reconheceu a “coragem do Conselho de Ilha das Flores que, cansado de promessas, deu um sinal claro de que é tempo de despertar deste momento de fantasias e passar à resolução das necessidades das suas populações” e declarou que “representantes da sociedade civil e dos diferentes partidos políticos deram um murro na mesa dizendo basta a este constante adiamento de soluções” referindo depois, caso por caso, as matérias constantes dos memorandos dos Conselhos de Ilha, as promessas incluídas nos comunicados dos Conselhos de Governo desde há cinco anos, sendo que, como comprovou, a maioria dos problemas ainda estão por resolver.

O Deputado do CDS/PP declarou depois que “é por tudo isso que as decisões anunciadas no Comunicado deste ano, depois da visita estatutária do Governo Regional à Ilha das Flores, já não são credíveis, nem entusiasmam ninguém”, algumas só lá estão “à falta de decisões de fundo” e “servem apenas para aumentar números no Comunicado”.

(Diário ALRA n.º 88)

NÃO É A REVISÃO CONSTITUCIONAL QUE IRÁ RESOLVER OS PROBLEMAS DOS AÇORIANOS

Falando em nome do CDS/PP, no projecto de revisão constitucional, o Deputado Paulo Gusmão defendeu uma “consagração constitucional cada vez mais próxima da Autonomia dos Açores” e referiu-se à preparação do documento que envolveu “reflexão com a sociedade civil”, “debate aberto”, sendo que o conteúdo da proposta, na perspectiva autonómica, já foi divulgado “nas Jornadas Parlamentares do CDS/PP, em Ponta Delgada, em Junho deste ano”.

Disse também que “no poder executivo as competências da Região são latas e têm como único pecado a sua má utilização”, pelo que “não é a revisão constitucional que irá resolver os principais problemas dos açorianos, os quais resultam da incapacidade deste Governo em gerir eficazmente os recursos de que dispomos”, tal como não é a Constituição que tem propagado tantas e tantas promessas.

Paulo Gusmão afirmou que “deve ser colocada, em nossa opinião, a revisão constitucional na perspectiva da Autonomia dos Açores”, que os “propósitos são sobretudo os de clarificar competências e retirar limitações”, isto “num Estado onde a unidade deve significar a concretização da confiança e do interesse recíprocos” e que “em primeiro lugar o que deve ser realçado e consagrado é o interesse da Região”, pelo que “o poder político legislativo tem de corresponder à capacidade de decidirmos sobre tudo quanto, não sendo matéria essencial do Estado, nos diga respeito”.

(Diário ALRA n.º 89)

SEGUNDO NUNO MELO ALVES:

DEDICAÇÃO E TRABALHO PARA CONCRETIZAR AS LEGÍTIMAS ASPIRAÇÕES

Foi esta uma das ideias expressas pelo Deputado, quando, em regime de substituição, fez a sua primeira intervenção no Parlamento.

“Para impulsionar o desenvolvimento harmónico dos Açores, numa Região com as condicionantes da nossa, esses propósitos só são possíveis se as políticas e opções públicas forem concorrentes”, disse, acrescentando depois que compete aos órgãos de governo próprio dos Açores “criarem as condições para que o sector empresarial regional possa progredir num contexto de cada vez maior e mais vasta concorrência”.

Afirmou também o deputado eleito pela Terceira que “o fomento das empresas exige a maior estabilidade e o máximo de certezas possíveis”, que “não é aceitável que as políticas económicas, supostamente de fomento à actividade empresarial, constituam um foco de instabilidade e incerteza”, referindo-se depois aos sistemas de incentivos e estímulos regionais à actividade empresarial, cuja “falta de dotação orçamental é confrangedora”, a ponto de ser “preferível restringir mais as condições de acesso, do que estar a gerar falsas expectativas aos promotores”.

O Deputado do CDS/PP considerou “insustentável que, numa Região que é a mais pobre da Europa, os sinais do Governo Regional para as empresas sejam contraditórios”, que “é insustentável que se criem expectativas que depois são goradas” e quase a terminar declarou que “o Governo Regional não pode continuar a encarar a actividade empresarial como um problema, mas sim como uma solução”.

O Deputado fez outras intervenções, das quais se destacam uma que visou recomendar ao Governo Regional maior celeridade na instalação de equipamentos e implementação de medidas para melhorarem a operacionalidade no espaço aéreo e nos aeroportos e aeródromos dos Açores no integral cumprimento da Resolução n.º 17/2000/A, de 19 de Julho, aprovada por proposta do Partido Popular, bem como na discussão de uma proposta do Governo dos Açores sobre o “Sistema Portuário Regional” que criticou, porque “revela pouca inovação”, excepto na SGPS “e antes não o fosse”, porque cria um sistema portuário centralizado, sendo que a proposta esquece “as especificidades regionais”, que influenciariam o quadro legislativo. (*Diário ALRA n.º 74*)

INICIATIVA DO CDS/PP RESULTOU EM MAIS APOIOS AOS DOENTES MACHADO - JOSEPH

Após estudo na Comissão de Assuntos Sociais, também efectuado sobre proposta do CDS/PP aprovada por unanimidade, foi agora aprovada uma Resolução que recomenda ao Governo Regional dos Açores um conjunto de medidas destinadas a dar maior apoio aos doentes afectados pela doença Machado-Joseph, seja no acesso a apoios e consultas, a novas modalidades de remuneração do acompanhante, a alargamento da oferta de oportunidades de ocupação profissional, à articulação entre profissionais de investigação e funcionamento de equipas pluridisciplinares, entre outras.

BALANÇO DA GOVERNAÇÃO SOCIALISTA

Paulo Gusmão, então na qualidade de Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP no Parlamento açoriano, apresentou uma declaração política no Plenário, na qual fez um balanço da governação socialista.

Nessa declaração Paulo Gusmão teceu duras críticas à acção do Governo em diversos sectores, mas teve o cuidado de ressaltar o que estava bem e afirmou fazê-lo “sobretudo com a responsabilidade de quem sabe que em 2004 será o CDS indispensável à governação e ao futuro dos Açores”. (*Diário ALRA n.º 73*)

Boas Festas

Os deputados
do CDS/PP
desejam
a todos
os militantes,
simpatizantes
e população
em geral

*Alegre Natal
Feliz Ano de 2004*

SITE DO CDS/PP –INTERNET
www.cdspacores.com